



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
2010



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

Em 31 de Dezembro

Em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL					
ATIVO	Exercício 2010	Exercício 2009	PASSIVO	Exercício 2010	Exercício 2009
DISPONÍVEL	410	620	EXIGÍVEL OPERACIONAL	18.138	16.852
			Gestão Previdencial	1.398	1.321
			Gestão Administrativa	603	517
REALIZÁVEL	2.423.887	2.168.411	Investimentos	16.137	15.014
Gestão Previdencial	417	533			
Gestão Administrativa	280	269	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	62.668	44.720
Investimentos	2.423.190	2.167.609	Gestão Previdencial	62.288	44.361
Ações	17.638	14.814	Investimentos	380	359
Fundos de Investimento	2.109.512	1.928.265			
Investimentos Imobiliários	146.322	125.593	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.352.175	2.115.293
Empréstimos	90.450	92.608	Patrimônio de Cobertura do Plano	2.337.736	2.090.948
Financiamentos Imobiliários	6.194	6.158	Provisões Matemáticas	2.331.425	2.078.097
Outros Realizáveis	53.073	171	Benefícios Concedidos	1.521.549	1.388.244
			Benefícios a Conceder	809.876	689.853
PERMANENTE	8.684	7.834			
Imobilizado	5.691	5.803	Equilíbrio Técnico	6.311	12.850
Intangível	2.993	0	Resultados Realizados	6.311	12.850
Diferido	0	2.031	Superávit Técnico Acumulado	6.311	12.850
			Fundos	14.439	24.345
			Fundos Previdenciais	969	12.973
			Fundos Administrativos	11.428	9.897
			Fundos dos Investimentos	2.042	1.475
TOTAL DO ATIVO	2.432.981	2.176.865	TOTAL DO PASSIVO	2.432.981	2.176.865

Fortaleza, 18 de março de 2011

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRADiretor-Presidente
CPF 166.111.283-87**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 204.279.643-34**RÔMULO PEREIRA AMARO**Diretor de Previdência
CPF 168.311.793-04**LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA**Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

Plano BD

Demonstração do Ativo Líquido

Em 31 de Dezembro

Em R\$ mil

Descrição	Exercício 2010	Exercício 2009	Varição (%)
1. Ativos	2.414.618	2.166.446	11,46
Disponível	390	615	-36,60
Recebível	11.626	533	2.079,60
Investimento	2.402.602	2.165.297	10,96
Ações	17.638	14.814	19,06
Fundos de Investimento	2.088.924	1.925.953	8,46
Investimentos Imobiliários	146.322	125.593	16,51
Empréstimos	90.450	92.608	-2,33
Financiamentos Imobiliários	6.194	6.158	0,58
Outros Realizáveis	53.073	171	30.984,44
2. Obrigações	80.199	61.050	31,37
Operacional	17.531	16.330	7,36
Contingencial	62.668	44.720	40,13
3. Fundos não Previdenciais	13.251	1.475	798,16
Fundos Administrativos	11.209	0	100,00
Fundos dos Investimentos	2.042	1.475	38,43
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.321.168	2.103.921	10,33
Provisões Matemáticas	2.314.856	2.078.097	11,39
Superávit Técnico	6.311	12.850	-50,89
Fundos Previdenciais	0	12.973	-100,00

Fortaleza, 18 de março de 2011

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRADiretor-Presidente
CPF 166.111.283-87**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 204.279.643-34**RÔMULO PEREIRA AMARO**Diretor de Previdência
CPF 168.311.793-04**LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA**Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

Plano BD

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Em 31 de Dezembro

Em R\$ mil

Descri�o		Exercício 2010	Exercício 2009	Variacão (%)
(+/-)	A) Ativo Líquido - início do exercício	2.103.921	1.906.902	10,33
	1. Adi�oes	488.410	450.871	8,33
(+)	Contribui�es	112.955	118.989	-5,07
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	375.455	331.883	13,13
	2. Destina�es	-271.162	-253.852	6,82
(-)	Benefícios	-240.982	-242.798	-0,75
(-)	Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	-21.101	-2.134	888,67
(-)	Custeio Administrativo	-9.080	-8.920	1,79
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	217.247	197.019	10,27
(+/-)	Provisões Matemáticas	-236.759	-204.129	15,99
(+/-)	Fundos Previdenciais	12.973	-1.949	-765,58
(+/-)	Superávit Técnico do Exercício	6.539	9.059	-27,81
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.321.168	2.103.921	10,33
	C) Fundos não previdenciais	13.251	1.475	798,16
(+/-)	Fundos Administrativos	11.209	0	100,00
(+/-)	Fundos dos Investimentos	2.042	1.475	38,43

Fortaleza, 18 de março de 2011

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRADiretor-Presidente
CPF 166.111.283-87**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**Diretor de Administra o e Investimentos
CPF 204.279.643-34**RÔMULO PEREIRA AMARO**Diretor de Previdência
CPF 168.311.793-04**LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA**Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

Plano BD

Demonstração das Obrigações Atuariais

Em 31 de Dezembro

Em R\$ mil

Descrição	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	2.321.168	2.090.948	11,01
1. Provisões Matemáticas	2.314.856	2.078.097	11,39
1.1. Benefícios Concedidos	1.521.549	1.388.244	9,60
Benefício Definido	1.521.549	1.388.244	9,60
1.2. Benefício a Conceder	793.307	689.853	15,00
Benefício Definido	793.307	689.853	15,00
2. Equilíbrio Técnico	6.311	12.850	-50,89
2.1. Resultados Realizados	6.311	12.850	-50,89
Superávit técnico acumulado	6.311	12.850	-50,89
Reserva de contingência	6.311	12.850	-50,89

Fortaleza, 18 de março de 2011

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRA

Diretor-Presidente
CPF 166.111.283-87

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 204.279.643-34

RÔMULO PEREIRA AMARO

Diretor de Previdência
CPF 168.311.793-04

LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA

Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

Plano CV I

Demonstração do Ativo Líquido

Em 31 de Dezembro

<i>Em R\$ mil</i>	
Descrição	Exercício 2010
1. Ativos	17.759
Disponível	19
Recebível	219
Investimento	17.520
Fundos de Investimento	17.520
2. Obrigações	3
Operacional	3
3. Fundos não Previdenciais	219
Fundos Administrativos	219
5. Ativo Líquido (1-2-3)	17.537
Provisões Matemáticas	16.569
Fundos Previdenciais	969

Fortaleza, 18 de março de 2011

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRA

Diretor-Presidente
CPF 166.111.283-87

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 204.279.643-34

RÔMULO PEREIRA AMARO

Diretor de Previdência
CPF 168.311.793-04

LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA

Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

Plano CV I

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Em 31 de Dezembro

		<i>Em R\$ mil</i>
Descri�o		Exercício 2010
(+/-)	A) Ativo Líquido - início do exercício	0
	1. Adi�es	18.550
(+)	Contribui�es	18.077
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	473
	2. Destina�es	-1.012
(-)	Custeio Administrativo	-1.012
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	17.537
(+/-)	Provisões Matemáticas	-16.569
(+/-)	Fundos Previdenciais	-969
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	17.537
	C) Fundos não previdenciais	219
(+/-)	Fundos Administrativos	219

Fortaleza, 18 de março de 2011

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRA

Diretor-Presidente
CPF 166.111.283-87

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA

Diretor de Administra o e Investimentos
CPF 204.279.643-34

RÔMULO PEREIRA AMARO

Diretor de Previdência
CPF 168.311.793-04

LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA

Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

Plano CV I

Demonstração das Obrigações Atuariais

Em 31 de Dezembro

Descrição	Em R\$ mil	
	2010	
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	16.569	
1. Provisões Matemáticas	16.569	
1.2. Benefício a Conceder	16.569	
Contribuição Definida	16.488	
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	8.217	
Saldo de contas - parcela participantes	8.271	
Benefício Definido	81	
2. Equilíbrio Técnico	0	
2.1. Resultados Realizados	0	
Superávit técnico acumulado	0	

Fortaleza, 18 de março de 2011

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRADiretor-Presidente
CPF 166.111.283-87**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 204.279.643-34**RÔMULO PEREIRA AMARO**Diretor de Previdência
CPF 168.311.793-04**LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA**Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

Demonstração Consolidada da Mutação do Ativo Líquido

Em 31 de Dezembro

Em R\$ mil

	Descri�o	Exercício 2010	Exercício 2009	Variacão (%)
(+/-)	A) Ativo Líquido - início do exercício	2.103.921	1.906.902	10,33
	1. Adi�es	507.310	460.065	10,27
(+)	Contribui�es Previdenciais	120.939	110.069	9,88
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	375.927	331.883	13,27
(+)	Receitas Administrativas	10.099	17.743	-43,08
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	345	370	-6,85
	2. Destina�es	-272.526	-263.046	3,60
(-)	Benefícios	-240.982	-242.798	-0,75
(-)	Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	-21.101	-2.134	888,67
(-)	Despesas Administrativas	-8.574	-16.512	-48,07
(-)	Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	-339	-430	-21,16
(-)	Constitui�o de Fundos - Gestão Administrativa	-1.531	-1.172	30,66
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	234.784	197.019	19,17
(+/-)	Provisões Matemáticas	-253.328	-204.129	24,10
(+/-)	Fundos Previdenciais	12.005	-1.949	-715,89
(+/-)	Superávit Técnico do Exercício	6.539	9.059	-27,81
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.338.705	2.103.921	11,16
	C) Fundos não previdenciais	13.470	11.373	18,44
(+/-)	Fundos Administrativos	11.428	9.897	15,47
(+/-)	Fundos dos Investimentos	2.042	1.475	38,43

Fortaleza, 18 de março de 2011

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRADiretor-Presidente
CPF 166.111.283-87**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**Diretor de Administra o e Investimentos
CPF 204.279.643-34**RÔMULO PEREIRA AMARO**Diretor de Previdência
CPF 168.311.793-04**LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA**Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Em 31 de Dezembro

Em R\$ mil

Descrição	Exercício 2010	Exercício 2009	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	9.897	8.726	13,43
1. Custeio da Gestão Administrativa	10.444	18.113	-42,34
1.1. Receitas	10.444	18.113	-42,34
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	10.092	8.920	13,14
Resultado Positivo dos Investimentos	345	370	-6,85
Outras Receitas	7	8.823	-99,93
2. Despesas Administrativas	8.913	16.942	-47,39
2.1. Administração Previdencial	4.267	12.699	-66,40
Pessoal e Encargos	2.620	2.261	15,91
Treinamentos/Congressos e Seminários	57	77	-25,32
Viagens e Estadias	41	33	23,01
Serviços de Terceiros	446	476	-6,37
Despesas Gerais	646	627	3,10
Depreciações e Amortizações	287	285	0,69
Contingências	170	215	-21,16
Outras Despesas	0	8.726	-100,00
2.2. Administração dos Investimentos	4.646	4.243	9,50
Pessoal e encargos	2.969	2.527	17,46
Treinamentos/congressos e seminários	50	73	-32,21
Viagens e estadias	56	48	17,35
Serviços de terceiros	511	530	-3,54
Despesas gerais	604	565	6,96
Depreciações e amortizações	287	285	0,69
Contingências	170	215	-21,16
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	1.531	1.171	30,74
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	1.531	1.171	30,74
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	11.428	9.897	15,47

Fortaleza, 18 de março de 2011

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRADiretor-Presidente
CPF 166.111.283-87**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 204.279.643-34**RÔMULO PEREIRA AMARO**

Diretor de Previdência

LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA

Contadora - CRC - 015237/0-2

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (em R\$ mil)

1. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, multipatrocinada e com multipiano, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado sob a forma de sociedade simples e pessoa jurídica de direito privado, que tem como objetivo principal assegurar benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e por idade aos participantes aposentados pela Previdência Social que sejam funcionários e ex-funcionários dos patrocinadores Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), Patrocinador-Fundador; Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB (Camed); e a própria Capef, bem como benefícios de suplementação de pensão e pecúlio ordinário aos beneficiários inscritos pelos participantes para tal finalidade.

2. PLANO DE BENEFÍCIO

A Capef administra dois planos previdenciários:

2.1) Plano de Benefício Definido – Plano BD

Plano de Benefício Definido inscrito sob o nº 19.670.001-74 no CNPB (Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios) da PREVIC, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O Plano encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26/11/1999. Em 31/12/2010 possuía 2.357 participantes ativos (2.386 em 2009), 3.470 participantes assistidos (3.512 em 2009) e 878 pensionistas (829 em 2009).

2.2) Plano de Contribuição Variável – Plano CV I

Plano de Contribuição Variável inscrito sob o nº 20.100.014-19 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) da PREVIC, iniciou suas operações em 19/05/2010 e conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. Em 31/12/2010 possuía 2.706 participantes ativos.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada na sede da Capef e está

revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

As demonstrações contábeis estão consolidadas em moeda corrente e foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar através das Resoluções MPAS/CGPC Nº 28, de 26 de janeiro de 2009 e CNPC Nº 1, de 3 de março de 2011 e da Instrução SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Apesar da dispensa de divulgação do comparativo com o exercício anterior, estas demonstrações terão seus valores comparativos com o exercício de 2009 com os ajustes que se fizerem necessários.

Em consonância ainda com a Instrução SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009, a Entidade apresenta, mensalmente, os balancetes dos planos de benefícios e de gestão administrativa, além de um balancete consolidado.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Capef são as seguintes:

4.1) Resultados das Operações

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência, exceto as receitas de dividendos decorrentes de investimentos em ações e as contribuições do Plano de Contribuição Variável, que são registradas pelo regime de caixa.

4.2) Composição do Ativo

4.2.1) Disponível

Registra as disponibilidades existentes em Caixa e Banco, bem como a existência de cheques emitidos em poder da tesouraria e remessa de numerários para outras praças até a data do balanço.

4.2.2) Ativo Realizável - Gestão Previdencial

Nessa gestão registra-se a atividade fim de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e é destinado ao registro contábil dos planos de benefícios de caráter previdenciário. O grupo de contas contempla, essencialmente, adiantamentos concedidos aos participantes e beneficiários assistidos, assim como contribuições contratadas de responsabilidade de patrocinadores, participantes ativos e assistidos (aposentados) e beneficiários assistidos (pensionistas).

4.2.3) Ativo Realizável - Gestão Administrativa

Este grupo registra os direitos a receber da Gestão Administrativa referentes a adiantamentos concedidos aos empregados; adiantamentos efetuados a terceiros para serem compensados no pagamento definitivo das obrigações e valores a receber de terceiros.

4.2.4) Ativo Realizável - Investimentos

Este grupo incorpora as aplicações dos recursos garantidores dos planos previdenciais e os recursos administrativos líquidos em ações, fundos de investimento, investimentos estruturados, imóveis, empréstimos e financiamentos imobiliários, em consonância com a Resolução nº 3792, de 24/09/2009 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

4.2.4.1) Ações

As ações integrantes dessa conta são avaliadas pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da Bolsa de Valores de São Paulo, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 465, de 20 de fevereiro de 2008 e ratificado pela Resolução nº 25, de 30 de junho de 2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC).

4.2.4.2) Fundos de Investimentos

a) Renda Fixa

São classificados como renda fixa: os títulos da dívida pública mobiliária federal; os títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central (BACEN); os depósitos em poupança em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas, incluídas as Notas de Crédito à Exportação (NCE) e Cédulas de Crédito à Exportação (CCE); as obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; os certificados de recebíveis de emissão de companhias e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Os títulos públicos indexados a IPCA e os Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE), estão contabilizados como títulos mantidos até o vencimento, considerando que permanecerão em carteira até o vencimento, procedimento respaldado no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA).

Em conformidade ao disposto na Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, os títulos e valores mobiliários, integrantes do fundo exclusivo, estão classificados em Títulos para Negociação (operações compromissadas, LTN, FIDC, CDB e o Fundo de Crédito Privado) e Títulos Mantidos até o Vencimento (NTN-B e

DPGE).

A Resolução CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, estabelece que a Entidade poderá vender os títulos a mercado, classificados como "títulos mantidos até o vencimento" apenas se a venda for realizada simultaneamente à aquisição de títulos da mesma natureza com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao dos títulos alienados.

b) Ações

Os fundos são contabilizados diariamente pela variação das quotas. As ações integrantes desses fundos são avaliadas pelo valor de mercado com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da Bolsa de Valores de São Paulo, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 465, de 20 de fevereiro de 2008 e ratificado pela Resolução nº 25, de 30 de junho de 2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC).

c) Multimercado

São classificados como multimercados os fundos que possuem políticas de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. Além disso, utilizam-se de instrumentos de derivativos para alavancagem ou para proteção de suas posições. O fundo é contabilizado diariamente pela variação das quotas.

d) Empresas Emergentes

São contabilizadas, diariamente, nesta rubrica, as variações das quotas do Fundo Nordeste Empreendedor.

4.2.4.3) Outros Realizáveis

A conta Outros Realizáveis é formada pelos direitos do Plano BD decorrentes de Impostos a Compensar e direitos decorrentes de decisões judiciais favoráveis que resultarão em créditos para a Entidade (vide nota 10).

4.2.4.4) Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários estão registrados pelo custo de aquisição histórico ou pelo valor de reavaliação determinado por perito independente para imóveis com prazo de aquisição superior a três anos. Do saldo individual de cada ativo, é subtraída a depreciação acumulada e são adicionados eventualmente valores de reformas realizadas, estas igualmente contabilizadas pelo custo de aquisição original, tudo em consonância com as determinações do Ministério da Previdência Social (MPS) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os imóveis componentes da Carteira são reavaliados no mínimo a cada três anos, em consonância com determinações legais.

O valor da depreciação é calculado pelo método linear, com taxas diferenciadas para cada endereço, tomando-se por base a vida útil remanescente do ativo determinada pelo laudo de avaliação emitido por pessoa física ou jurídica legalmente habilitada, não vinculada direta ou indiretamente à Capef ou às suas patrocinadoras e/ou a seus administradores.

Os direitos obtidos através da alienação a prazo de imóveis são registrados observando-se o valor atualizado do saldo devedor do promitente comprador à luz do respectivo contrato, deduzida a provisão para perdas, estas limitadas ao valor de mercado atribuído gerencialmente às unidades imobiliárias envolvidas na transação de venda a prazo com registro de inadimplência. Por sua vez, os direitos decorrentes de aluguéis a receber, encargos e pagamentos a recuperar são igualmente contabilizados pelo seu valor atualizado.

Para as rubricas de direitos creditórios diversos, adota-se a indicada provisão para devedores duvidosos, aplicada gradativamente (ver tabela abaixo) até o limite de 100% do valor em aberto para atraso no recebimento da receita superior a 360 dias, tudo em consonância a determinações legais emanadas da Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, na qual se baseia o quadro abaixo.

Escala de Percentuais de Provisão para Devedores Duvidosos

Quantidade de Dias em Atraso	Percentual de Provisão sobre Créditos (vencidos e vincendos)
entre 61 e 120 dias	25%
entre 121 e 240 dias	50%
entre 241 e 360 dias	75%
acima de 360 dias	100%

4.2.4.5) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos aos participantes e beneficiários assistidos são registrados pelo valor contratado, acrescido dos encargos pactuados, com a inclusão ainda de encargos por eventuais atrasos.

Com o advento, porém da política de tratamento dos casos de inadimplência de prestações dos empréstimos, a Capef passou a adotar igualmente provisão de perdas por inadimplência em contratos de empréstimos e financiamentos imobiliários. A provisão de devedores duvidosos da carteira de empréstimos adota escala gradativa similar à do quadro acima

A rubrica Financiamentos Imobiliários está ainda retificada pelas provisões efetuadas para a cobertura de perdas decorrentes de duas naturezas: (1) do valor segurado, quando o saldo devedor do imóvel exceder o limite máximo contratado com uma companhia seguradora; (2) da política de deságio, que pode decorrer do recálculo do saldo devedor do financiamento para efeito de liquidação antecipada, ao se substituir a taxa de juros contratual, de 10% a.a. ou 12% a.a., conforme o caso, pela taxa de juros atuarial de 6% a.a.

4.2.5) Ativo Permanente

4.2.5.1) Imobilizado

O Ativo Permanente Imobilizado está registrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A partir do exercício de 1996, não houve correção monetária do Ativo Permanente, conforme o disposto no OF/CIRC. 07/96 - SPC/GAB. Em 31 de dezembro de 2010, apresentou saldo de R\$ 5.691 mil (R\$ 5.803 mil, em 2009).

O decréscimo no Permanente da Entidade, no exercício de 2010, refere-se, primordialmente, à depreciação e amortização anual do Imobilizado da Capef.

A depreciação do ativo imobilizado foi calculada pelo método linear, sendo aplicadas as seguintes taxas: 2% para o imóvel; 10% para máquinas, equipamentos; instalações, móveis e utensílios; 20% para computadores e periféricos; e 25% para refrigeradores de ar.

Não houve alteração na metodologia de depreciação dos bens, por não existir indicação de que o valor contábil dos ativos não seja recuperável. Os indicadores internos e externos não sofreram alterações.

4.2.5.2) Intangível

A rubrica Intangível foi criada pela Resolução MPS/CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2010 recebendo o saldo da rubrica Diferido (R\$ 2.031 mil em 2009), atendendo à convergência do padrão brasileiro de contabilidade às normas do IFRS (International Financial Reporting Standards).

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício e vêm sendo amortizados no prazo de cinco anos, a partir da data de sua implantação. Em 31 de dezembro de 2010, apresentou saldo de R\$ 2.993 mil.

Em 2010, a Entidade apresentou um saldo de licenças de uso de software de R\$ 366 mil, e os gastos com desenvolvimentos dos sistemas internos, descritos a seguir, totalizaram R\$ 2.627 mil.

Projeto	Custo Total (R\$ mil)	Prazo de Amortização (meses)	Conclusão da Implantação	Início da Amortização	Amortização (%)	Valor Amortizado no Ano (R\$)	Amortização Acumulada (R\$ mil)
Sistema de Benefício	2.375	120	janeiro/2011	fevereiro/2011	10	0	0
Sistema de Imóveis	93	60	maio/2011	junho/2011	20	0	0
Sistema de Empréstimos	83	60	dezembro/2010	janeiro/2011	20	0	0
Sistema de Cálculo Atuarial	10	60	dezembro/2011	janeiro/2012	20	0	0
Sistema Gestão Administrativa Patrimonial	17	60	dezembro/2011	janeiro/2012	20	0	0
Sistema de Provisão Judicial	50	60	dezembro/2011	janeiro/2012	20	0	0
TOTAL	2.627						

4.3.1) Exigível Operacional

4.3) Composição do Passivo

4.3.1) Exigível Operacional

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, representados por direitos a benefícios pelos participantes, obrigações fiscais e outros compromissos a pagar e/ou a recolher.

4.3.2) Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável. Se classificadas com chance de perda possível, são evidenciadas em Nota Explicativa. Quando a chance de perda é remota, não há tratamento nas Demonstrações Contábeis.

4.3.3) Patrimônio Social

O Patrimônio Social representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos planos. As contas que compõem o patrimônio social são o Patrimônio de Cobertura dos Planos (subdivide-se em Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico) e os Fundos.

4.3.3.1) Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios

As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais e representam ao fim de cada período os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos assistidos e aos participantes ativos.

- » Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com pensões de dependentes.
- » Benefícios a Conceder – representam os compromissos

futuros da Entidade para com os participantes em atividade.

4.3.3.2) Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas. Quando da ocorrência de superávit, este deverá ser registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação às Provisões Matemáticas.

4.3.3.3) Fundos

Registra os fundos constituídos, conforme segue:

- » Gestão Previdencial – fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica.
- » Gestão Administrativa – o Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. O Fundo é formado quando as despesas administrativas não excedem a meta fixada pelo atuário e pela rentabilidade do fundo aplicado.
- » Investimentos – fundos que se destinam à quitação de empréstimos simples e de financiamentos imobiliários em caso de morte do mutuário, e de resíduos existentes após o prazo contratual no caso de financiamentos. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários.

5. REALIZÁVEL

5.1) Gestão Previdencial

Neste grupamento estão registrados, entre outros valores, os adiantamentos realizados a participantes que serão restituídos à Capef e diferenças de contribuições a receber face revisão no Regulamento do ano de 2003, do Plano BD, que totalizam um montante de R\$ 417 mil (R\$ 533 mil em 2009).

A redução no ativo é justificada primordialmente pelo

recebimento dos adiantamentos concedidos a participantes do Plano BD, em 2003.

Destacamos a seguir o impacto na rubrica "Outros Realizáveis", do Plano BD, conforme determinam a Resolução MPS/CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2010, e Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabelece o detalhamento dos saldos das rubricas contábeis que contenham a denominação "Outro(a)s", quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas contábeis.

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2010	2009
Valores a Receber		
Aposentados e Pensionistas	10 ⁽¹⁾	6 ⁽¹⁾
Pensionistas de Falecidos	31 ⁽²⁾	35 ⁽²⁾
CAMED	0	1 ⁽³⁾
Diferenças Benefícios a Receber	36 ⁽⁴⁾	0
Diferenças Contribuições a Receber	11 ⁽⁵⁾	0
TOTAL	88	42

5.1.1) Outros Realizáveis

O saldo deste grupamento correspondeu a: (1) valores a receber dos participantes referentes a acertos nas folhas de pagamentos; (2) valores pagos indevidamente a pensionistas que faleceram, tendo em vista a Entidade não ter tomado conhecimento imediato desse fato, esses valores serão ressarcidos pelos familiares; (3) valores a serem ressarcidos pelo Plano de Saúde; (4) e (5) diferenças a receber pela Capef face alterações no Regulamento do Plano BD, aprovadas em setembro de 2008, que provocaram mudanças na regra de progressão salarial – aumento de 1% no valor do salário de contribuição ou salário para cálculo de benefício que ocorre em janeiro de cada ano. Antes a progressão salarial contava a partir de janeiro de 2005. Na atual redação do Regulamento, a progressão salarial passa a contar a partir de janeiro de cada ano, a contar de 30/12/2003 até o participante preencher as condições de elegibilidade ao benefício de aposentadoria junto à Capef ou à Previdência Social, conforme art. 62 inciso IV do Regulamento de 2003, o que ocorrer primeiro.

5.2) Gestão Administrativa

Neste grupamento estão registrados, entre outros valores, os adiantamentos realizados a empregados (salários, 13º salário, férias e outros), para serem compensados quando do pagamento definitivo das obrigações, e outras utilizações de recursos da Gestão Administrativa que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2010, os recebíveis administrativos totalizaram R\$ 280 mil (R\$ 269 mil, em 2009).

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2010	2009
Contas a Receber	120	155
Contribuições para Custeio	4 ⁽¹⁾	4 ⁽¹⁾
Responsabilidade de Empregados	89 ⁽²⁾	72 ⁽²⁾
Responsabilidade de Terceiros	27 ⁽³⁾	79 ⁽³⁾
Despesas Antecipadas	160	114
Adiantamentos	51 ⁽⁴⁾	43 ⁽⁴⁾
Pagamentos Antecipados	104 ⁽⁵⁾	67 ⁽⁵⁾
Almoxarifado	5 ⁽⁶⁾	4 ⁽⁶⁾
TOTAL	280	269

O saldo deste grupamento correspondeu a: (1) custeio a ser recebido dos planos de benefícios, referente a ajustes nas contribuições do mês de dezembro; (2) empréstimos de férias concedidos aos funcionários e que serão pagos em 12 parcelas; (3) direitos da Entidade a ressarcimentos diversos; (4) adiantamentos das férias, cuja apropriação se dará no mês de competência (jan/2011); (5) corresponde primordialmente aos cartões-refeição de funcionários e diversas garantias de manutenção dos softwares e hardwares; e (6) aquisições de produtos de escritório e limpeza que serão despesados quando da utilização.

5.3) Investimentos

O saldo dos Investimentos, em 31 de dezembro, é detalhado em

Rubrica	2010	2009
Investimentos	2.423.190	2.167.609
Ações	17.638	14.814
Fundos de Investimento	<u>2.109.512</u>	<u>1.928.265</u>
Renda Fixa	1.859.809	1.724.033
Ações	140.424	114.254
Multimercado	109.161	89.831
Empresas Emergentes	118	147
Investimentos Imobiliários	146.322	125.593
Empréstimos	90.451	92.608
Financiamentos	6.194	6.158
Outros Realizáveis	53.073	171

quadro a seguir:

5.3.1) Ações

A Carteira está representada por ações ON/PN do patrocinador instituidor Banco do Nordeste do Brasil S.A., e compõem a Carteira Própria do Plano BD, que corresponde a 0,75% do Patrimônio Total.

5.3.2) Fundos de Investimento

5.3.2.1) Renda Fixa

A carteira de Renda Fixa é composta pelo fundo de investimento exclusivo, administrado pelo BNB com gestão compartilhada, e por cotas do fundo Capital Market, de gestão do Banco BTG Pactual.

As aplicações encontram-se integralmente custodiadas junto ao Banco Itaú, autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme previsto na Resolução CMN nº 3792, de 24/09/2009. O detalhamento da carteira segue abaixo:

TIPO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	FINANCEIRO (R\$ mil)
NTN-B	15/08/2014	11.300	22.061
NTN-B	15/05/2015	77.709	139.137
NTN-B	15/08/2020	28.400	54.269
NTN-B	15/08/2024	242.597	413.828
NTN-B	15/05/2035	361.106	661.719
NTN-B	15/05/2045	260.225	439.868
LTN	01/01/2011	21	21
COMPROMISSADAS	21/12/2011	13.746	61.785
FIDC Caixa Econômica Federal	19/03/2012	644	2.032
Fundo Crédito Privado	-	1.812.000	2.161
DPGE Mercantil	14/03/2012	5.000	5.478
DPGE Mercantil	15/03/2012	5.000	5.475
DPGE Panamericano	14/04/2012	10.000	10.958
DPGE Cruzeiro do Sul	20/08/2012	5.000	5.939
DPGE Oboé	31/08/2012	1.800	2.145
DPGE Bicbanco	28/09/2013	10.000	10.408
CDB BNB	21/12/2012	22.000	22.071
Valores a pagar e a receber	-	-	273
Cota do Fundo Capital Market	-	45.754	181
Total de Renda Fixa			1.859.809

O saldo, em 31 de dezembro de 2010, possui a seguinte abertura entre os planos de benefícios e administrativo:

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2010	2009
Fundo de Investimento - Renda Fixa	1.859.809	1.724.033
Plano BD	1.839.221	1.721.722
Plano CV	17.521	0
Plano Administrativo	3.067	2.311

A administração da Capenf decidiu manter as NTNs em carteira na modalidade títulos mantidos até o vencimento, tendo em vista as suas características – em termos de rentabilidade, superior à meta atuarial (INPC + 6% a.a.); com risco reduzido (Títulos Públicos Federais); e prazo de vencimento longo e compatível com o fluxo de caixa atuarial.

Em respeito ao disposto na Resolução CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, parte da carteira de Renda Fixa foi alongada, justificada pelos seguintes motivos:

- » Casamento dos investimentos com as obrigações do plano de benefícios (ALM);
- » Perspectiva de retorno, com base em nossos cenários internos e de mercado, relativos à evolução da taxa de juros reais;
- » Mitigação do risco de reaplicação dos investimentos de Renda Fixa.

O valor da negociação foi de R\$ 153.234 mil, com efeito positivo de R\$ 29.722 mil, refletido no valor da quota do Fundo de Investimento Renda Fixa Previdenciário e no resultado do Plano BD.

Segue a relação de títulos negociados em conformidade com a Resolução CGPC nº 15:

Data	Venda		Aquisição	
	Título / Vencimento	Quantidade	Título / Vencimento	Quantidade
22/01/2010	NTNC / 2021	70.000	NTNB / 2024	82.400

5.3.2.2) Ações

A carteira é administrada por meio de fundos exclusivos de ações (Banco do Nordeste FIA Previdenciário Exclusivo e Banco do Nordeste FIC FIA Previdenciário Exclusivo), tendo como gestores, ao final de 2010, as seguintes instituições financeiras: BNB, Schrodgers, Itaú-Unibanco e SulAmérica selecionados segundo critérios definidos pela Capef, que priorizam aspectos como retorno e risco do investimento. As ações integrantes dos fundos encontram-se custodiadas em instituições financeiras autorizadas pela CVM para essa finalidade, conforme disciplinado na Resolução CMN n.º 3.792, de 24/09/2009.

A Capef adota como referência de *benchmark*, para o segmento de Renda Variável, o IBX-50. Como se trata de uma gestão passiva, a alocação é preferencialmente em papéis que compõem a carteira do IBX-50. A composição do índice é ponderada por critérios de valor de mercado e liquidez, que exprime a variação média diária de uma carteira de 50 ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo.

Os títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras de Renda Variável, exclusivamente do Plano BD, são discriminados a seguir.

	R\$ mil
AÇÃO	FINANCEIRO
VALE PN	16.426
PETROBRAS PN	16.151
ITAU PN	15.878
VALE ON	12.958
PETROBRAS ON	12.327
BRADESCO PN	7.739
AMBEV PN	5.091
BANCO DO BRASIL ON	4.901
ITAUSA PN	4.285
OGX ON	4.126
BMF&BOVESPA ON	4.115
SIDERURGICA NACIONAL ON	2.988
PDG ON	2.272
GERDAU PN	2.027
BRASIL FOODS ON	1.787
PÃO DE AÇÚCAR PN	1.582
CCR ON	1.280
ROSSI ON	1.265
LOJAS RENNER ON	1.134
REDECARD ON	657
REDESPAR PN	992
GAFISA ON	966
CEMIG PN	942
NATURA ON	935
CYRELA ON	927
USIMINAS PN	886
FIBRIA ON	880
VIVO PN	829
COSAN ON	809
MRV ON	659
CIELO ON	594
TAM PN	584
GOL ON	530
CESP PN	482
LOJAS AMERICANAS PN	454
ELETROBRAS ON	436
ELETROBRAS PN	421
TIM PN	418
HYPERMARCAS ON	381
AMERICA LATINA LOGISTICA ON	368
OHLB ON	318
MMX ON	275
BR PROPERT ON	256
BRADESCO ON	238
SUBMARINO ON	205
RANDON PARTICIPAÇÕES PN	202
ELETROPAULO PN	190
M. DIAS BRANCO ON	174
AES TIETE PN	161
ANHANGUERA ON	156
ESTACIO PARTICIPAÇÃO ON	138
EC RODOVIAS ON	137
USIMINAS ON	132
ENERGIAS DO BRASIL ON	116
DURATEX ON	114
EC ODIESEL ON	112
LIGHT ON	104
LLX ON	102
SANTANDER UNIT	99
DIAGNOSTICOS DA AMERICA ON	97

R\$ mil

AÇÃO	FINANCEIRO
JBS FRIBOI	1.096
BRADSPAR PN	992
GAFISA ON	966
CEMIG PN	942
NATURA ON	935
CYRELA ON	927
USIMINAS PN	886
FIBRIA ON	880
VIVO PN	829
COSAN ON	809
MRV ON	659
REDECARD ON	657
CIELO ON	594
TAM PN	584
GOL ON	530
CESP PN	482
LOJAS AMERICANAS PN	454
ELETROBRAS ON	436
ELETROBRAS PN	421
TIM PN	418
HYPERMARCAS ON	381
AMERICA LATINA LOGISTICA ON	368
OHLB ON	318
MMX ON	275
BR PROPERT ON	256
BRADESCO ON	238
SUBMARINO ON	205
RANDON PARTICIPAÇÕES PN	202
ELETROPAULO PN	190
M. DIAS BRANCO ON	174
AES TIETE PN	161
ANHANGUERA ON	156
ESTACIO PARTICIPAÇÃO ON	138
EC RODOVIAS ON	137
USIMINAS ON	132
ENERGIAS DO BRASIL ON	116
DURATEX ON	114
EC ODIESEL ON	112
LIGHT ON	104
LLX ON	102
SANTANDER UNIT	99
DIAGNOSTICOS DA AMERICA ON	97

R\$ mil

AÇÃO	FINANCEIRO
RODOBENS ON	95
ODONTOPREV ON	90
DROGARIA RAIA ON	81
PORTX ON	80
BR BROKERS	72
OI PN	68
LOCALIZA ON	65
BRASIL TELECOM PN	56
WEG ON	44
BRADESCO DIREITO	34
SUZANO PN	31
TAM ON	18
PÃO DE AÇÚCAR DIREITO	7
COMP. PAULISTA FORÇA ELUZ	3
CYRECOM ON	1
BRADESCO DIREITO	0

R\$ mil

TÍTULO	FINANCEIRO
LFT DOS FUNDOS	185
COMPROMISSADA	1.897
PAGAR/RECEBER DOS FUNDOS	(470)
CAIXA	47

TOTAL DE INVESTIMOS EM RENDA VARIÁVEL	140.424
--	----------------

Em janeiro de 2010, foram alocados R\$ 20 milhões dos investimentos em renda variável, quando a bolsa estava no patamar de 66.500 pontos. Em abril, quando a bolsa atingiu 71.900 pontos, o valor de R\$ 21.705 mil foi realizado. No mês de maio a bolsa voltou ao nível de 66.500 pontos, e mais uma vez alocaram-se R\$ 20 milhões. Durante 2010, o mercado de ações brasileiro passou por momentos de volatilidade, encerrando o ano com uma pequena valorização do IBRX-50 em 0,75%.

5.3.2.3) Multimercado

A rubrica Multimercado é composta pelo Fundo Fortaleza Multimercado - R\$ 109.161 mil (R\$ 89.831 mil, em 2009), cujo patrimônio é composto exclusivamente com recursos do Plano BD. Em conformidade ao disposto na Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, as NTN-Fs, as NTN-Bs, Depósito a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito - DPGE e as Debêntures, integrantes da carteira do fundo, estão classificadas como Títulos Mantidos até o Vencimento.

A administração da Capef decidiu manter as NTNs e DPGEs em carteira na modalidade títulos mantidos até o vencimento, tendo em vista as suas características – em termos de rentabilidade, superior à meta atuarial (INPC + 6% a.a.); com risco reduzido (Títulos Públicos Federais, risco Tesouro Nacional e no caso dos DPGEs garantidos pelo FGC); e prazo de vencimento longo e compatível com o fluxo de caixa atuarial. Os títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras do Fundo Fortaleza Multimercado encontram-se discriminados a seguir.

TIPO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	FINANCEIRO (R\$ mil)
Ações no mercado a vista			22.718
Opções de ações			59
FIDC CESP		22	7.325
FIDC CEEE		2.792	2.632
Fundo de Renda Fixa – Capital Market		1.724	6.815
DPGE Schahin	24/04/2011	2.000	2.480
DPGE Panamericano	14/04/2012	5.000	5.495
DPGE Bicbanco	30/08/2013	4.000	4.185
Debêntures da Energisa	01/04/2014	150	1.542
Debêntures da América Latina Logística	01/09/2014	200	2.091
Debêntures da AMPLA (Cerj)	15/12/2015	250	2.658
Debêntures da Transmissão Paulista	15/12/2017	250	2.873
Debêntures da Cemig	15/12/2017	780	9.193
NTN-B	15/05/2013	3.100	5.793
NTN-B	15/05/2015	3.000	5.646
NTN-B	15/08/2020	3.500	6.853
NTN-F	01/01/2012	11.000	11.215
Termo			9.343
Contas a pagar e a receber (*)			245
Total de Ativos			109.161

Abaixo segue o detalhamento das ações que fazem parte do Fortaleza Multimercado:

R\$ mil		R\$ mil	
AÇÃO	FINANCEIRO	AÇÃO	FINANCEIRO
VALE PN	4.962	CEMIG PN	367
OGX ON	1.750	GRAFISA ON	359
PETROBRAS PN	1.624	BROOKFIELD ON	329
ITAU PN	1.488	LOJAS AMERICANAS PN	306
BRADESCO PN	1.051	COPEL PN	291
GERDAU PN	975	ELETROBRAS ON	289
CESP PN	959	GERDAU METALURGICA PN	236
PÃO DE AÇÚCAR PN	896	OSX ON	193
BANCO DO BRASIL ON	895	REDECARD ON	179
CCR ON	750	BMF&BOVESPA ON	171
ECODIESEL ON	711	POSITIVO ON	153
AMERICA LATINA LOGISTICA ON	645	CAMARGO CORREIA ON	131
SIDERURGICA NACIONAL ON	592	BRASIL TELECOM PN	84
BRASIL FOODS ON	550	PÃO DE AÇÚCAR DIREITO	5
ITAUSA PN	493	BRADESCO DIREITO	5
AMBEV PN	455		
TRACTEBEL ON	453		
USIMINAS PN	373		
		TOTAL EM RENDA VARIÁVEL	22.718

5.3.3) Imóveis

A carteira de imóveis, pertencente exclusivamente ao Plano BD, encerrou o ano 2010 com ativos distribuídos em seis estados da federação e detendo valor total de R\$ 146.322 mil, sendo R\$ 141.934 mil pertencentes às edificações e respectivos direitos e R\$ 4.388 mil referentes a direitos líquidos creditórios por vendas a prazo de imóveis e créditos diversos.

A tabela a seguir sintetiza a posição da carteira observada ao final de 2010:

ATIVO	POSIÇÃO (R\$ MIL)		VARIÇÃO NO ANO (%)
	2010	2009	
TOTAL DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	146.322	125.593	16,51%
EDIFICAÇÕES	141.934	120.654	17,64%
IMÓVEIS LOCADOS	118.964	105.045	13,25%
IMÓVEIS DESOCUPADOS	22.910	15.549	47,35%
OUTROS (ÁREAS CEDIDAS AO CONDOMÍNIO)	60	60	0,00%
DIREITOS CREDITÓRIOS	4.388	4.939	-11,15%
LOCAÇÕES	711	465	53,01%
ALIENAÇÕES	3.677	4.474	-17,82%

O aumento do ativo da carteira de imóveis é explicado, principalmente, pelas reavaliações patrimoniais dos imóveis.

Ao longo do exercício de 2010, no tocante a ativos edificados, a carteira sofreu modificações patrimoniais positivas decorrentes basicamente de dois eventos: 1) reavaliação de

onze imóveis; e 2) reformas diversas dos prédios Fran Carvalho (CE), Apolônio Sales (PE), Empresarial Center (PE), Parque Cultural Paulista (SP) e Século de Frontin (RJ).

Em 2010, foram reavaliados onze imóveis, com reflexos patrimoniais na Entidade, tudo à luz da periodicidade mínima de

36 meses prevista na Resolução CMN nº 3.792, de 24/9/2009. Para tanto, a Entidade efetuou, com base em laudos de perito independente, a reavaliação dos ativos abaixo discriminados, obtendo-se acréscimo líquido de R\$ 28.745 mil ao valor da carteira:

IMÓVEL	IMÓVEL LOCADO A	DATA DA REAVALIAÇÃO	DATA DA CONTABILIZAÇÃO	AVALIADOR	CUSTO CONTÁBIL ANTERIOR (R\$ MIL)	VALOR DE AVALIAÇÃO (R\$ MIL)	RECEITA DE REAVALIAÇÃO LÍQUIDA (R\$ MIL)	VIDA ÚTIL REMANESCENTE (ANOS)
ED. PAULO SARASATE (DF)	Terceiros	29/03/2010	01/04/2010	1	2.688	7.010	4.322	20
ED. SÉCULO DE FRONTIN (RJ)	Terceiros	14/04/2010	01/06/2010	2	2.364	3.314	950	30
ED. GUSTAVO JOSÉ DE MATOS (RJ)	Terceiros	14/05/2010	01/06/2010	2	608	666	58	10
ED. GARAGEM CENTRAL PARKING (RJ)	Terceiros e Patrocinador	14/04/2010	01/06/2010	2	57	66	9	30
ED. MANHATTAN TOWER (RJ)	Terceiros e Patrocinador	14/04/2010	01/07/2010	2	6.500	13.039	6.539	33
ED. APOLÔNIO SALES (PE)	Terceiros e Patrocinador	15/03/2010	01/08/2010	2	31.604	41.845	10.241	35
GALPÃO OLIVEIRA LIMA (PE)	Terceiros e Patrocinador	15/03/2010	01/08/2010	2	851	1.134	283	35
ED. CATABAS CENTER (BA)	Terceiros e Patrocinador	15/06/2010	01/09/2010	2	7.569	9.870	2.301	35
ED. VISCONDE DE OURO PRETO (RJ)	Terceiros	14/04/2010	01/09/2010	2	3.507	4.756	1.249	17
ED. GALERIA SÃO LUÍS (CE)	Terceiros	01/12/2010	01/12/2010	1	2.239	2.940	701	20
PRÉDIO BARÃO DE STUDART (CE)	Terceiros	01/12/2010	01/12/2010	1	3.257	5.350	2.093	35
TOTAL					61.244	89.990	28.746	

1 - Analítica Engenharia de Avaliações

2 - Predictor Avaliações Patrimoniais Consultoria

Ao final de 2010, a conta de passivo de investimentos imobiliários possuía um saldo global de R\$ 676 mil, com destaque para a conta de caução referente a garantia prestada em razão de imóveis locados a terceiros, que detinha saldo individual de R\$ 485 mil, entre outras contas de obrigação transi-

tórias (aluguéis antecipados e valores/despesas a apropriar).

Durante o exercício, houve duas alienações, pelo valor total de R\$ 6.525 mil, com o resultado líquido de R\$ 528 mil, evidenciadas a seguir.

R\$ mil

LOCALIZAÇÃO	MÊS	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE VENDA	VALOR JUROS FINANC.	VALOR TOTAL VENDA	RESULTADO
Rua Osvaldo Cruz, nº 01, Vagas 445/446, Edifício Beira Mar Trade Center, Meireles, Fortaleza-CE	06/2010	20	25	0	25	5
Av. T-9, nº 1451, Prédio Saga Goiânia Setor Bueno, Goiânia/GO	01/2010	5.977	6.500	0	6.500	523
TOTAL		5.997	6.525	0	6.525	528

A conta de alienação de imóveis ao final de 2010 (saldo de R\$ 62.424 mil) incorpora parcelas vencidas e vincendas de vendas a prazo realizadas pela Entidade, além de encargos decorrentes de atrasos no pagamento das prestações referentes aos prédios Beira Mar Trade Center, Pedro Filomeno

e Medical Center, o saldo líquido da conta de alienação de imóveis, no final do exercício, contava com um montante de R\$ 3.676 mil (R\$ 4.473 mil, em 2009).

A rubrica de direitos de alienações é ratificada principalmente

te pela parcela de provisão de perdas de recebimento de encargos decorrentes de atrasos no pagamento das prestações. As provisões de perdas relacionadas à diferença entre o valor atualizado do saldo devedor, inclusive encargos por atrasos, e o valor de mercado atribuível gerencialmente às unidades imobiliárias alienadas. Em dezembro de 2010, tal provisão alcançou o saldo de R\$ 58.571 mil, do qual se destaca o valor de R\$ 58.293 mil relativo somente a vendas antigas na década de 90 do empreendimento Beira Mar Trade Center (CE). Para composição do valor líquido dos direitos de alienações, são deduzidas ainda as rubricas de juros a apropriar (R\$ 182 mil) e acrescida a rubrica de pagamentos a recuperar (R\$ 6 mil).

Ao final de 2010, a composição final do saldo devedor por venda de imóveis registra a participação dos seguintes empreendimentos: R\$ 96 mil referentes a salas do prédio Medical Center (CE); R\$ 2.312 mil para o BMTC (CE); R\$ 50 mil para apartamento do Edifício Pedro Filomeno (CE); R\$ 351 mil para apartamento do Edifício Luzia de Moraes (CE); R\$ 256 mil para o terreno na Fiúza de Pontes (CE); R\$ 566 mil

para o terreno na Praia do Futuro (CE); e R\$ 37 mil referente ao apartamento do Edifício Atlantic Village (CE).

Com relação ao painel jurídico do segmento imobiliário, transitam em juízo 56 ações, incluindo principalmente execução de dívidas antigas de locação e aquelas relacionadas às vendas a prazo das unidades do BMTC, em Fortaleza-CE, que representa em torno de 50% (cinquenta por cento) do total dos processos.

Na carteira de imóveis, encontravam-se registrados, ao final do exercício de 2010, 112 contratos de locação comercial, de onde provêm as principais receitas do segmento.

Com relação à rentabilidade da carteira imobiliária em 2010, obteve-se o seguinte resultado segmentado por tipo de imóvel, onde se evidencia a influência de eventos como reavaliação positiva e lucro com as vendas realizadas. Destaca-se que o número alcançado pelo segmento de imóveis (35,17%) superou a meta atuarial exigível para o período de 2010 (12,85% a.a.):

ATIVO	2010			2009		
	POSIÇÃO (R\$ mil)	(%)	RETORNO ANUAL	POSIÇÃO (R\$ mil)	(%)	RETORNO ANUAL
TOTAL INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	146.322	100,00	35,17	125.593	100,00	16,27
COMERCIAIS	140.576	96,07	36,15	119.571	95,21	17,26
APARTAMENTOS RESIDENCIAIS	166	0,11	(11,30)	168	0,13	(16,26)
DIREITOS ALIENAÇÕES DE IMÓVEIS	3.677	2,51	5,43	4.474	3,56	8,01
OUTROS SEGMENTOS (DIREITOS A RECEBER, GARAGENS, GALPÕES, ETC.)	1.903	1,30	29,86	1.380	1,10	4,48

A constituição das provisões para perdas com aluguéis e encargos alcançou, ao final de 2010, o montante de R\$ 4.878 mil (R\$ 4.249 mil, em 2009), decorrentes do não pagamento por locatários que devolveram ou abandonaram o imóvel em datas anteriores a esse marco cronológico, tudo em consonância com os critérios de provisão definidos pela Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, conforme demonstrado anteriormente.

5.3.4) Empréstimos

Os empréstimos estão disponíveis apenas aos participantes do Plano BD, já que o patrimônio do Plano CV I ainda não é suficiente para ofertar o benefício a todos os participantes. No exercício de 2010, o Plano BD realizou 1.268 liberações, com portfólio ao final do ano de 6.789 contratos ativos, totalizando R\$ 90.450 mil, saldo líquido após o desconto de provisões de perdas. A composição desse valor ao final de dezembro/2010 é a seguinte: 1,99% do saldo correspondem a empréstimos atualizados com base na variação do IGP-DI; 97,36% referem-se aos saldos de empréstimos atualizados

pela variação do INPC; e apenas 0,65% referem-se aos contratos atualizados pela equivalência salarial.

Para garantia dos empréstimos contratados, desde 2006 foi concluído o processo de migração da antiga apólice de seguro-prestamista para o Fundo Garantidor de Empréstimo unificado. Esse instrumento objetiva assegurar a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tendo ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. Referida rubrica contava ao final de 2010 com saldo superavitário de R\$ 1.760 mil. O modelo foi criado após parecer atuarial, surgindo como alternativa de redução do custo de seguridade para o associado e oferecimento de solvência ao então grupamento de mutuário alocado nesta modalidade de seguro na Entidade.

5.3.5) Financiamento Imobiliário

A linha de financiamento imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo ao final de 2010, 83 contratos ativos, no valor total de R\$ 6.104 mil, saldo líquido após o

desconto de todas as provisões de perdas efetuadas. Desde 2003, o Conselho Deliberativo implementou a política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários, do Plano BD, que contempla: (1) programa de deságios para quitação à vista ou refinanciamento do saldo devedor; (2) dação em pagamento do imóvel para liquidação integral da dívida existente; e (3) quitação do saldo devedor ou reconstrução do financiamento, tomando-se por base o valor de mercado, definido por laudo técnico de avaliação devidamente atualizado.

A política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários explica a existência de provisão ao final de 2010 de R\$ 3.250 mil, valor resultante do recálculo do contrato pela meta atuarial. Paralelamente, encontra-se constituída ao final de 2010, provisão de R\$ 1.418 mil para os casos de inadimplência.

A cobertura dos sinistros de morte ou invalidez permanente é garantida por seguro-prestamista, com o valor do capital segurado limitado a R\$ 547 mil para mutuários com idade inferior a 65 anos, enquanto esse limite é de R\$ 400 mil para mutuários com idade superior a 65 anos. O seguro é contratado anualmente, desde 2005 mantendo-se a parceria com a Icatu Hartford, e contempla casos de sinistro por falecimento ou por invalidez decorrente de acidente ou doença. Os saldos devedores que ultrapassam o valor fixado na apólice encontram-se provisionados em face do risco de perda, totalizando, em 31 de dezembro de 2010, o montante de R\$ 12.935 mil.

5.3.6) Outros Realizáveis

A conta Outros Realizáveis pertencente ao patrimônio do Plano BD, é formada pela rubrica Relacionados com Tributos - R\$ 236 mil e pelo reconhecimento do direito às OFND no valor de R\$ 52.837 mil.

A conta Relacionados com Tributos diz respeito aos créditos tributários referentes a retenções indevidas de IR, descontados do recebimento de juros sobre capital próprio, relativo a ações preferenciais e ordinárias do BNB. Na posição de 31 de dezembro de 2010, apresenta um saldo no valor de R\$ 237 mil (R\$ 171 mil em 2009), a Capef já solicitou a restituição dos valores à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Em 24/07/1986, foi publicado o Decreto-Lei nº 2.288, criando o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cujo objetivo era captar recursos junto a investidores privados, com intuito de perpetrar a dinamização do desenvolvimento nacional e apoiar a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

O art. 7º, do referido Decreto-Lei, obrigava as EFPCs (com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual) a aplicar 30% de suas reservas técnicas nas "Obrigações" desse Fundo (OFND), com prazo de 10 anos e variação equivalente à do OTN.

Em 04/06/1990, o BNDES enviou circular às entidades fechadas de previdência complementar comunicando que o rendimento das OFNDs, indexado ao valor do BTN, deixaria de acompanhar a variação mensal do IPC.

Diante de tal situação, a ABRAPP interpôs uma ação judicial para o refazimento dos cálculos feitos pelos réus (UNIÃO FEDERAL, o BNDES e o FND) com a atualização do valor das OFNDs e respectivos rendimentos, adotando, para tal fim, o Índice de Preço ao Consumidor - IPC, em vez do Bônus do Tesouro Nacional - BTN, desde abril de 1990 até fevereiro de 1991, inclusive, data final esta após a qual passou a incidir a atualização da Taxa Referencial (TR).

Ao final de 2010 a Entidade reconheceu R\$ 52.837 mil de direito de ter as OFNDs corrigidas pelo IPC, em vez do BTN face o processo ter transitado e julgado, dando a Entidade o direito inquestionável contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento (União Federal).

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1) Investimentos

No final do exercício de 2010 o saldo deste grupamento totalizou R\$ 16.137 mil (R\$ 15.014, em 2009).

Destacamos a rubrica "Outras Exigibilidades", cujo saldo totaliza R\$ 15.178 mil (R\$ 14.269 mil, em 2009) e corresponde aos tributos compensados dos créditos tributários provenientes do RET, reconhecido em 2007, e não homologado em 2008.

Foram compensados os tributos de responsabilidade da Capef durante o período de janeiro de 2007 a abril de 2008. As compensações foram interrompidas quando recebemos a notificação da Secretaria da Receita Federal informando a não homologação do crédito do RET.

Em dezembro de 2008 foi registrada a provisão dos impostos a recolher, face possibilidade de perda do processo administrativo quanto à matéria de fato.

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registram-se no Exigível Contingencial ocorrências vinculadas às decisões judiciais futuras que poderão ou não gerar desembolso pela Entidade.

Em 31 de dezembro de 2010, o Exigível Contingencial totalizou R\$ 62.668 mil (R\$ 44.720 mil, em 2009).

R\$ mil

Rubrica	2010	2009
Exigível Contingencial	62.668	44.720
Programa Previdencial	62.288	44.361
Programa de Investimento	380	359

7.1) Programa Previdencial

O saldo de R\$ 62.288 mil das contingências classificadas como perda provável da gestão previdencial do Plano BD refere-se a:

i) diferenças de benefícios e devolução de contribuições, calculadas conforme regras do Instrumento de Acordo, relativas aos participantes que não aderiram ao Regulamento de 2003, no valor de R\$ 9.076 mil; e

ii) obrigações decorrentes de demandas judiciais, excedentes aos efeitos da adesão ao Regulamento de 2003, referentes a diferença de benefício líquida de contribuições, devolução de contribuição extra e de contribuição acima de 360, valor do pecúlio, abono, cesta-alimentação e outras, no valor de R\$ 53.212 mil.

A variação no exercício de R\$ 17.948 mil das contingências previdenciais ocorreu, primordialmente, pela evolução natural do saldo da provisão, face atualização monetária e à inclusão das novas provisões de 2010, atendendo a novas demandas judiciais. Nesse ano houve, destaca-se, aprovisionamento de processos relacionados a cesta-alimentação que impactou em, aproximadamente, R\$ 11.387 mil o saldo em 31/12/2010.

Ressalte-se que há 25 demandas judiciais classificadas como perda possível que não estão contidas na contingência. Essas demandas têm objetos diversos, como abono, anulação do Acordo Geral, pensões e diferenças de benefícios, e são estimadas em R\$ 8.504 mil.

7.2) Programa de Investimento

O saldo de contingência dos fluxos de investimentos do Plano BD, no valor de R\$ 380 mil (R\$ 359 mil, em 2009) refere-se a honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária, em que a Capef questionava o recolhimento de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras.

A Entidade desistiu da ação face adesão à MP 2.222/2001.

A variação no exercício de 2010 nas contingências de investimento ocorreu devido à atualização monetária.

8) PATRIMÔNIO SOCIAL

8.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

8.1.1) Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas representam os compromissos líquidos da Entidade relativos aos benefícios previdenciais futuros, cujos cálculos são de responsabilidade do atuário

Em 31 de dezembro de 2010, as Provisões Matemáticas totalizaram R\$ 2.331.425 mil (R\$ 2.078.097 mil, em 2009). O crescimento de 12,19% decorreu, principalmente, da revisão da taxa do custeio do Plano BD, que implicou a redução da taxa máxima de contribuição dos participantes assistidos para o nível de 21,25% a partir de 01/01/2011, elevando as Provisões Matemáticas em R\$ 123.088 mil e face o início das operações do Plano CV I que recebeu suas primeiras contribuições em maio/2010.

R\$ mil

Rubrica	2010	2009
Provisões Matemáticas	2.331.425	2.078.097
Benefícios Concedidos	1.521.549	1.388.244
Benefícios a Conceder	809.876	689.853

O saldo das provisões matemáticas de 2009 pertence exclusivamente ao Plano BD, entretanto o saldo em 31 de dezembro de 2010 possui a seguinte abertura entre os planos de benefícios:

R\$ mil

Provisões Matemáticas	2010
Plano BD	2.314.856
Benefícios Concedidos	1.521.549
Benefícios a Conceder	793.307
Plano CV I	16.569
Benefícios Concedidos	0
Benefícios a Conceder	16.569
TOTAL	2.331.425

8.1.2) Equilíbrio Técnico

8.1.2.1) Reserva de Contingência - Superávit Técnico Acumulado

Na posição de 31 de dezembro de 2010, registrou-se superávit técnico acumulado de R\$ 6.311 mil (R\$ 12.850 mil, em 2009), conforme quadro seguinte:

R\$ mil

SUPERÁVIT EM 31/12/2009	12.850
Investimentos	375.455
Custeio Administrativo	(9.080)
Provisões Atuariais	(236.759)
Gestão Previdencial	(128.027)
Fundo Previdencial	12.973
Contingências	(21.101)
SUPERÁVIT EM 31/12/2010	6.311

O resultado atuarial ocorrido no Plano BD, na posição de dezembro/2009, no montante de R\$ 12.850 mil, foi impactado positivamente no exercício de 2010 pelo resultado dos seus

investimentos, no valor R\$ 375.455 mil, e negativamente no valor de R\$ 381.994 mil, pelo aumento das obrigações do plano, pagamento de benefícios e despesas administrativas, assim como variações nas contingências e no fundo previdencial, resultando no superávit de R\$ 6.311 mil na posição de 31/12/2010. Merece destaque a variação nas obrigações desse plano no valor de R\$ 123.088 mil, face revisão em seu plano de custeio, através da redução da taxa máxima de contribuição dos participantes assistidos, de 23% para 21,25%, a partir de 01/01/2011.

8.2) Fundos

8.2.1) Fundos Previdenciais

No final do exercício de 2008, conforme Nota Técnica e Parecer Atuarial correspondentes, foi constituído contabilmente o Fundo para Perdas Atuariais do Plano BD, com valor inicial de R\$ 11.024 mil, tendo por objetivo salvaguardar o plano de benefícios da variabilidade associada com o cumprimento das obrigações previdenciais.

Na posição de 31 de dezembro de 2010 referido fundo registrou saldo de R\$ 14.726 mil, que, revertido nessa data, contribuiu para o resultado previdencial do exercício de 2010. A reversão do fundo ocorreu em função de seu objetivo assemelhar-se ao da Reserva de Contingência, rubrica contábil destinada a suportar ganhos e perdas atuariais, inclusive decorrentes dos pagamentos de benefícios, conforme determina a legislação previdenciária.

O Plano CV I conta com o fundo de solvência atuarial que será utilizado para a cobertura de eventuais déficits atuariais futuros dos portfólios previdenciais mutualistas, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos participantes ativos, o saldo da conta de patrocinador relativo a participantes ativos que tenham optado pelo instituto do resgate e o obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

O Plano CV I ainda conta com o fundo mutualista para benefício de risco, cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante, referentes a cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos participantes ativos vertidas ao plano.

Os fundos do Plano CV I totalizam R\$ 969 mil, na posição de 31/12/2010, sendo distribuídos entre Fundo de Solvência Atuarial – Portfólio Mutualista (R\$ 259 mil) e Fundo Mutualista para Benefícios de Risco (R\$ 710 mil).

8.2.2) Fundo de Garantia de Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Na posição de 31 de dezembro de 2010, registraram-se fundos no Plano BD no valor de R\$ 2.042 mil (R\$ 1.475 mil, em 2009).

No exercício de 2010, foi utilizado do fundo o valor de R\$ 839 mil (R\$ 556 mil, em 2009), em razão do falecimento de mutuários, e constituídos os valores de R\$ 1.110 mil (R\$ 1.024 mil, em 2009) decorrente dos recebimentos das contribuições mensais incidentes sobre os saldos devedores dos empréstimos, e R\$ 296 mil (R\$ 186 mil, em 2009), em virtude de sua rentabilidade.

8.2.3) Fundo de Custeio Administrativo

O Fundo de Custeio Administrativo é formado quando as despesas administrativas não excedem a meta fixada pelo atuário e pela rentabilidade do fundo líquido aplicado. No exercício de 2010, o Plano BD destinou 8,07% (7,63% em 2009) e o Plano CV I 5,6% das receitas previdenciais relativas às contribuições patronais e laborais de participantes ativos e assistidos, ao custeio administrativo. As despesas administrativas não excederam a meta fixada pelo atuário e, juntamente com as receitas administrativas e a rentabilidade, implicaram a constituição do fundo de custeio administrativo da ordem de R\$ 1.531 mil (R\$ 1.171 mil, em 2009). No final do exercício, o saldo da rubrica Fundos - Gestão Administrativa totalizou R\$ 11.428 mil (R\$ 9.897 mil em 2009).

9. FATOS RELEVANTES NA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A segregação do Plano de Gestão Administrativa foi estabelecida através do Anexo C – Normas Gerais, da Resoluções MPS/CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2010, com a finalidade de identificar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa separadamente dos planos de benefícios, assegurando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

A Capef implantou essa segregação ainda em 2009 com a criação do Balancete de Operações Administrativas, denominado Plano Gestor, observando a experiência de outras Entidades e antecipando-se à obrigatoriedade legal.

Para a criação do novo Balancete foi necessária a transferência dos recursos administrativos do Balancete do Plano de Benefício para o Balancete do Plano Gestor. No

entanto, a transferência do saldo do fundo administrativo acumulado resultou no reconhecimento como receita, no Plano de Gestão Administrativa, e como despesa, no Plano de Benefício. Esse registro contábil, no valor de R\$ 8.726 mil, mesmo sem representar uma receita e uma despesa real, foi realizado para atender às regras de consistência do sistema da antiga SPC.

Em 31 de dezembro de 2010, as despesas administrativas reais totalizaram R\$ 8.574 mil (R\$ 16.512, em 2009).

R\$ mil

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2010	2009
Pessoal e Encargos	5.589	4.788
Treinamentos/Congressos e Seminários	107	150
Viagens e Estadias	97	81
Serviços de Terceiros	957	1.006
Despesas Gerais	1.250	1.191
Depreciação e Amortização	573	569
Segregação do Fundo Administrativo	0	8.726
TOTAL	8.574	16.512

Conforme determinação da Previc, as despesas de administração são desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração de investimentos. Os critérios adotados pela Caepf para a segregação das despesas de administração foram os seguintes:

Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e às de investimentos foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e despesas de administração de investimentos, respectivamente.

Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de suporte foram registrados na base de 50% para cada um dos referidos grupos de despesas de administração.

No final, a participação de cada administração ficou assim representada: 47,79% para a Administração Previdencial e de 52,21% para a Administração dos Investimentos.

Conforme estabelece a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, no seu anexo A – Normas Complementares, item II – Procedimentos Operacionais, subitem 6, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA. Para essa finalidade as despesas são segregadas proporcionalmente aos custeios pagos no mês por cada plano de benefício

O quadro a seguir detalha a participação de cada plano de benefício previdenciário no fundo administrativo.

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2010	2009
Participação no Plano de Gestão Administrativa		
Plano BD	11.209	9.865
Plano CV I	219	0

10. TRIBUTOS FEDERAIS

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que derrubou a ampliação do conceito de faturamento determinado pela Lei 9.718/98, a Caepf entrou com Mandado de Segurança visando obter decisão mandamental e declaratória da não incidência do PIS - Programa de Integração Social e da Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social sobre os recursos destinados ao Custeio no Programa Administrativo, além da recuperação dos valores recolhidos a partir da competência de setembro de 2001.

Assim, a partir do 2º semestre de 2006, a Caepf passou a depositar em juízo as parcelas vincendas correspondentes aos recolhimentos do PIS e da Cofins sobre o custeio administrativo, respaldada por autorização judicial específica. Em 2010 adveio a confirmação da sentença favorável à entidade em segunda instância judicial.

A matéria ainda poderá ser objeto de Recurso Especial e/ou Recurso Extraordinário por parte da Fazenda Nacional, porém com improváveis chances de reforma, haja vista jurisprudência firmada em sentido favorável à entidade.

Há que se ressaltar que, via de regra, tais recursos não são dotados de efeito suspensivo, o que implica dizer que não têm o condão de suspender a eficácia da decisão favorável à Caepf.

Nesse contexto, embora o êxito ainda não seja definitivo, o cenário consolidado na ação judicial dá à entidade uma margem de discricionariedade optando-se, dessa forma, por interromper os depósitos de PIS e Cofins.

A Entidade questiona junto à esfera administrativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) a não homologação do crédito tributário, reconhecido em 2007, no valor de R\$ 11.111 mil, proveniente da exclusão das contribuições extraordinárias da base de cálculo do RET – Regime Especial de Tributação, alusivas ao 4º trimestre de 2003 e ao ano 2004. Esse crédito, atualizado monetariamente, foi utilizado para compensar os recolhimentos tributários da entidade durante o período de janeiro de 2007 a abril de 2008.

A não homologação pela Receita Federal das compensações tributárias e a possibilidade de perda do processo administrativo quanto à matéria de fato levaram a Capef, em obediência ao princípio da prudência, a efetuar a reversão do saldo desse crédito, provisionar o total de débitos tributários compensados, atualizando-os pela Selic, e a reconhecer a multa de 20%.

Todos os questionamentos citados acima pertencem ao Plano BD; o Plano CV I não possui demandas fiscais.

Fortaleza, 18 de março de 2011

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRA

Diretor-Presidente
CPF 166.111.283-87

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA

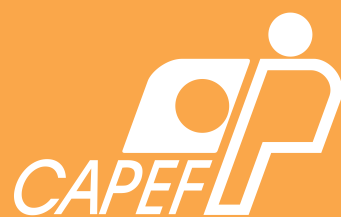
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 204.279.643-34

RÔMULO PEREIRA AMARO

Diretor de Previdência
CPF 168.311.793-04

LILIAM RODRIGUES DE OLIVEIRA

Contadora - CRC - 015237/0-2
CPF 687.475.273-15



Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF
Av. Santos Dumont, 771 Centro Fortaleza - CE
www.capef.com.br